

Comunidades tradicionais de geraizeiros no território brasileiro: formação, identidade e cultura

Traditional geraizeiros communities in brazil territory: formation, identity and culture
Comunidades tradicionais de geraizeiros en el territorio brasileño: formación, identidad y cultura


Alexandre de Castro Campos

Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/UNESP. Professor (substituto) do curso de Geografia (UNESP). alexandregeo@hotmail.com.

 0000-0001-5663-8757


Raquel Teixeira Campos

Mestre em Engenharia de Produção (FEB / UNESP). Professor e coordenador do curso de Engenharia Química (UNISAGRADO). kel_76@hotmail.com.

 0000-0002-4985-140x

Valdemir Garcia Neto Melo

Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/UNESP. v.garcianetoo@gmail.com.

 0000-0002-4942-1696


Bruno Ricardo Carvalho Pires

Mestrando em Comunicação e Sociedade – PPGCOM/UFT. Assistente social do Ministério Público do Estado do Tocantins. brunorradar@hotmail.com.

 0000-0001-8445-7179

Nelson Russo de Moraes

Livre-Docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Docente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/UNESP. Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade – PPGCOM/UFT. Líder do GEDGS/UNESP). nelsonrusso.unesp@gmail.com.

 0000-0003-0159-9433

Correspondência: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Engenharia de Tupã. Rua Domingos da Costa Lopes, 780. Jardim Itaipu. 17602496 - Tupã, SP - Brasil.

Recebido em: 12.11.2019.

Aceito em: 16.12.2019.

Publicado em: 03.01.2020.

RESUMO:

No território brasileiro, como também nos territórios de países da América Latina (embora mesmo tendo diversidade étnica e cultural maior que os demais países), tem em sua história uma trajetória na formação do povo brasileiro que carrega em sua companhia a presença da diversidade. No Brasil os indígenas chegam a mais de 300 etnias, como povos originários e outros grupos de indivíduos limitados de modo geral como comunidades tradicionais, dentre eles os quilombolas, os pescadores, os ribeirinhos, os caiçaras, as quebradeiras de coco de babaçu, as comunidades de fundo de pasto, comunidades de seringueiros e os geraizeiros. A identificação da comunidade geraizeira foi sendo esculpida no decorrer de séculos passando de geração em geração, sendo objeto de pesquisa de alguns trabalhos de investigação científica por universidades e grupos de pesquisa em programas de pós-graduação. Este trabalho traz resultados de trabalhos acadêmicos concluídos e que compreendem como problema: “tendo sua tradição e cultura específicos, mas estando em regiões diferentes, como podem se estabelecer uma comunidade tradicional de geraizeiros?”. O trabalho descreve a identidade de comunidades tradicionais de geraizeiros e cita a existência destas comunidades em territórios em outras regiões do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidades tradicionais; Geraizeiros; Sociabilidade.

Introdução

A formação do povo brasileiro traz uma história fortemente marcada por embates e relações de poder onde ora a força física, ora a força política, sempre foram desenhando as características de nossa nação.

Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 2015), dentre outros antropólogos narram com riqueza de particularidades o processo de formação do gentio brasileiro, que a princípio no afã de se produzir uma identidade uníssona proclamava-se a necessidade de uma sociedade nacional, a ser formada especialmente pelos africanos tomados à escravidão em seu continente, pelos indígenas nativos dessa porção americana e pelos europeus, sedentos por oportunidades de enriquecimento.

Ao viés sociológico que traz um fio condutor aos trabalhos, Tonnies (1957) e Brancaleone (2008) destacam, que a formação de grupamentos humanos de base comunitária normalmente inicia-se ao entorno de uma ou mais famílias, sendo que com o aumento da complexidade das relações sociais estas passam a ser documentadas ou tratadas com a racionalidade (e artificialidade) que não é própria das comunidades, surgindo-se a sociedade.

O desenvolvimento do povo brasileiro transcorre então pela história de suas comunidades, que se constituíram (e ainda se constituem) grupamentos humanos a partir das características elaboradas por séculos e transmitida pelas gerações. Os contextos sócio-históricos de seu desenvolvimento e sua sociabilidade afetada sobre estes pelas características peculiares dos biomas onde foram formadas estruturam etapas da evolução ou da transformação que tais grupos, em suas tradições e pelas relações com a sociedade se desenvolvem.

Na perspectiva acima retratada, historicamente e (na maioria das vezes) de forma violenta, se formaram as atuais aldeias indígenas no território brasileiro, as comunidades quilombolas, as comunidades remanescentes de antigos garimpos, as comunidades de ribeirinhos e as comunidades de geraizeiros, no meio de tantas outras.

Nota-se, de antemão, junto às comunidades tradicionais e povos originários a maneira diferenciada de suas relações sociais, bem como de articular a produção de alimentos e de geração de renda com a preservação ambiental, especialmente do solo, das matas e dos mananciais de água. Também é notória a resistência aos modelos produtivos, organizacionais e mesmo de sociabilidades que entrem em desarrajo com seus valores e costumes.

Neste contexto, a pesquisa de mestrado intitulada “Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO)” foi proposta e estando consolidada, propõe-se aqui a publicação de parte das suas conclusões.

A partir desta pesquisa maior, o recorte trazido por esta comunicação científica é fruto dos trabalhos direcionados para dar resposta ao seguinte problema “tendo sua

tradição e cultura específicos, mas estando em regiões diferentes, como podem se estabelecer uma comunidade tradicional de geraizeiros?”.

Sociedade e comunidade

Por toda a existência humana e na estrutura de suas relações sociais, mas principalmente durante o século XIX e início do século XX, quando o modelo capitalista passou a ser imperativo à sociabilidade, o homem buscou compreender e melhor estruturar suas relações. Os estudiosos que estruturaram o campo da sociologia apresentaram no século XIX os principais conceitos sobre capital, trabalho, classes sociais, comunidades e sociedade, com destaque para Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Friedrich Engels e Ferdinand Tönnies (ARON, 2000; TÖNNIES, 1957).

Segundo Marx (1974 e 2011), o modo de produção é o cerne das formações sociais, das relações de trabalho e da produção social humana, destaca ainda que o processo produtivo capitalista em si é complexo e tende a tornar o homem refém do seu ciclo, trabalhando e adquirindo dos próprios processos produtivos de ordem capitalista. Marx destaca que a verdadeira comunidade é de essência humana, que por sua vez é abstrata, mutável, histórica e contextual.

Vasquez (2015) destaca que não existem seres humanos individuais que se unem em comunidade, sendo esta a condição para sua existência, de sua subjetividade e de suas diferenças pessoais. O indivíduo já nasce em uma comunidade, admitindo-se aqui a família como célula comunitária. Não há sociedade baseada em indivíduos, existem seres sociais que vivem em comunidade (VASQUEZ, 2015).

Ferdinand Tönnies publicou sua principal obra, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, em 1887, mas somente a partir de 1912, após a segunda edição do livro (e 3 anos após a fundação da Sociedade Sociológica Alemã que Tönnies conduziu desde sua fundação até 1933) é que seu trabalho passou a ser amplamente considerado como fundador e seminal da sociologia alemã (MARCUCCI, 2017).

Segundo Tönnies, mais uma vez, não devemos distinguir entre a natureza social, mas sim entre duas formas diferentes de associação, isto é, entre tipos de consciência e assumindo-se a centralidade, nesta teoria, das "formas de vontade humana" (MARCUCCI, 2017).

Se, então, Tönnies defende-se a ideia de que o tipo de consciência (e de vontade) define a própria natureza do agrupamento humano (comunidade e sociedade), ele conserva uma dimensão que podemos chamar de metafísica, inspirada pelo pensamento

spinozista (TÖNNIES, 2016), para a qual a comunidade representa o ser objetivo das formações sociais.

TÖNNIES (2001) pode assim concluir que "em termos gerais, Gemeinschaft é constituído pela união de vontades naturais, enquanto a Gesellschaft é constituída pela união de vontades racionais e arbitrárias" (TÖNNIES, 2001; BRANCALEONE, 2008). Ambas as formas de organização social humana são baseadas na vontade, e essas vontades "são vistas como causando e predispondo uma pessoa a agir" (TÖNNIES, 2001, p.96).

A comunidade, de acordo com Tönnies(1957), trata de hábitos e costumes, sendo que quando aborda estes elementos, traz a ligação direta destes com a essência da vida.

Seria incorreto tomar a teoria de comunidade e sociedade de Tönnies como uma retomada de concepções pré-modernas da forma comunitária de organização da vida social. A sociologia, em vez disso, deve ser considerada uma ciência que pode direcionar a abstração da lei natural sem entrar em oposição reacionária à ambição moderna de uma sociedade racionalmente auto-governada. O desafio ético da sociologia corresponde à possibilidade de superar a lei natural e resgatar uma concepção de justiça imanente à própria sociedade moderna; sua ambição crítica corresponde à abertura de formas emergentes de participação (MARCUCCI, 2017).

Comunidade

Inúmeras partes do mundo são indicadas como referência antropológica e arqueológica do desenvolvimento da sociedade, algumas remontam a mais de 3.500 a.C. tanto quanto a formação de tribos, percorrendo a mais de 10.000 anos no qual se tratando de povos nômades que circulavam determinadas regiões (HALL e YKENBERRY, 1990; MORAES, 2005). No continente americano, os povos Inca, Asteca e Maia são consideravelmente importantes nessas referencias temporais das civilizações, como descreve Favre (2004):

Há mais de 14 mil anos, pequenos grupos nômades percorriam a costa central do Peru, em busca de frutas, raízes e caça [...]. Após o recuo das grandes geleiras andinas e conseqüente desertificação litoral, esses caçadores e coletores fixaram-se na embocadura dos rios que desciam do flanco ocidental da cordilheira. O esgotamento dos recursos vegetais e animais do meio natural, atingido pela aridez, levou-os a explorar os produtos oceânicos e a dedicar às primeiras experiências agrícolas. Por volta de 3.500 a.C., nas primeiras aldeias de pescadores, como Chilcas e Paracas especialmente, plantavam abóbora, vagem e algodão (FAVRE, 2004, p. 67).

Na mesma situação de que as vidas nas tribos foram se transformando crescentemente complexa, entre os rios Eufrates e Tigre, na região do golfo Pérsico, entre 3250 e 2800 a.C., os povos sumérios seriam os primeiros a terem praticado a organização tribal mais complexa, com vida social disciplinada até mesmo sobre a divisão do trabalho e o significado de um líder (MORAES, 2005, p.45; HALL e YKEMBERRY, 1990, p.42-43).

Em conseqüência do desenvolvimento de sua vida social (que se estabelecia mais complexa) e também do seu conhecimento (uma vez mais racional e estruturado), buscando informações sobre sua vida e natureza, o homem assumiu posicionamentos de averiguação, de conflito, de alianças e especialmente os estratégicos. Neste contexto, Ferdinand Tönnies (BRANCALEONE, 2008; TÖNNIES, 1947) e Costa (2010) instituem que o coletivo humano mais primitivo era descrito pela existência de relações sociais acordadas em vontades naturais e de forte relação afetiva, significando as comunidades onde, de acordo com sua definição, não há interferência de contratos sociais ou de plataformas tecnológicas entre os indivíduos, sendo formadas por uma quantia limitada de participantes, uma vez que conhecem os limites de seu espaço, de seu território.

Ainda no ponto de vista de Tönnies (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008), é significativo destacar as desigualdades angulares entre comunidade e sociedade, uma vez que na primeira, reinam costumes e hábitos, já na segunda, o contrato, a política e a opinião pública; na comunidade os interesses gerais, que orientam a ação do grupamento, enquanto na sociedade são norteadores os interesses relacionados às ações de membros individuais.

No contexto de comunidades tradicionais, Brandão (2010) continua a explanar que as comunidades são grupamentos onde os indivíduos ocupam territórios, restringindo o uso de recursos naturais, contribui que se convive com outros grupos tribais, sustentando-se à margem da sociedade moderna de valores artificiais e na sua melhor expressão: as cidades (BRANDÃO, 2010, p.347).

De acordo com Moraes (2005); Hall e Ykemberry (1990); Favre (2004), que conciliam as perspectivas sociológicas de Tönnies (BRANCALEONE, 2008) e de Costa (2010) é importante ressaltar a centralidade de segmentos religiosos na vivência em comunidade. Assim como os povos sumérios e primitivos da América idolatravam deuses ligados à natureza e a afetividade, outras comunidades tradicionais envolvem aspectos divinos aos elementos da natureza, expandindo seu relacionamento com o espaço territorial, especialmente com a natureza como divina e de grande responsabilidade.

Das vontades humanas mais racionais e então artificiais, segundo Tönnies (1957) surgem as relações sociais societárias, que são aquelas onde a contratualidade e a estratégia são elementos presentes, cadenciando a natureza da sociabilidade.

Ferdinand Tönnies (TÖNNIES, 1957) destaca que as vontades naturais e as artificiais, que ele também chama de arbitrárias são muito distintas em sua origem e em seu elemento central, o que traz clareza ao entendimento das duas sociabilidades centrais. Enquanto a vontade natural é pautada na afetividade e na vontade livre de fazer algo ou aproximar-se de alguém, a vontade arbitrária é cadenciada pela existência de contratos, regulamentos ou legislações que impelem o indivíduo a assumir uma postura mais superficial, mais racional e impessoal.

Na esteira deste pensamento, que se funda como centro da teoria tonnetiana, percebe-se que das vontades artificiais surgem então as relações sociais societárias (ou sociabilidade da sociedade) e então a sociedade como plano territorial deste contexto.

Contemporaneamente, pode-se estabelecer que a sociedade é fortemente caracterizada pelo modo de produção capitalista, pelo modus vivendi urbano e consumista das pessoas e pela relação (já destacada anteriormente) de trabalho no qual o ser humano se torna refém do processo produtivo.

De acordo com Tönnies (1957), a sociologia apresenta as relações sociais humanas crescentemente complexas como campo de criação da sociabilidade societária e das sociedades urbanas e consumistas por natureza.

Sociabilidade

A partir da compreensão crítica convencionalizada pela escola de Frankfurt (Alemanha), a partir da década de 1920, fala-se dentre outros temas, acerca da fundamentação comunicativa do ser humano. Segundo Jürgen Habermas, filósofo contemporâneo à segunda metade do século XX, a sociabilidade determina fundamentos conceituais do relacionamento social, no momento que acontece as relações e organizações do agir comunicativo (HABERMAS, 1987; TENÓRIO, 1998).

Assim, na sociedade contemporânea, a comunicação efetiva é sustentada por suposições pré racionais (HABERMAS, 1987; HABERMAS, 1996), um esclarecimento de qualquer anunciado, ato de falar. Habermas (1987) descreve ainda acerca das competências pessoais, que estas são atividades normalizadas, desenvolvidas por pessoas no sistema de socialização, abrangendo sínteses do mundo da vida e das relações sistêmicas.

Segundo Simmel (1983), existem três características principais para o significado de sociabilidade, no campo sociologia das proporções, no relacionamento entre as pessoas e a violência cultural. Simmel (1983) descreve que os relacionamentos sociais se organizam a partir da projeção dos territórios estruturados na individualidade para a perspectiva do coletivo. Assim, contribui que a sociedade evidencia-se através da estruturação de uma complexa socialização onde cada indivíduo compreende os acontecimentos históricos pelas ações da sociabilidade, pelas colaborações individuais e através das energias sociais nas sociedades que estão no controle dos indivíduos (SIMMEL, 1986).

Então a sociabilidade abordada anteriormente, não pode ser analisada apenas como um relacionamento, ou seja, integrações informais e racionais têm que haver naturalidade nos relacionamentos sociais, procedimentos comunicativos e dinâmicos (SIMMEL, 1971).

Ferdinand Tönnies (1957), por sua vez estabelece que as relações sociais humanas se caracterizam como a sociabilidade e, quando estas se voltam à intimidade, ao interior de um grupo tem-se a sociabilidade comunitária (relações sociais comunitárias, que são de base afetiva), ao passo que, quando voltam-se para o exterior para outros grupos que não o seu, tem-se a sociabilidade societária (relações sociais societárias, que são de base arbitrária, artificial e mais racional).

Povos originários e comunidades tradicionais

A humanidade por sua característica comunicativa e social é (por ampliação ou por suposição) um ser cultural, neste contexto não é possível fantasiar ou projetar nenhum homem tanto primitivo como os mais cosmopolitas, como ser com exclusão de cultura. Conforme Rabuske (2001), a cultura oportuniza ao indivíduo o seu encontro e compreensão do mundo e do meio natural em que vive, explicando-se a si mesmo e ao universo, no nível das personificações e de sinais dos conhecimentos adquiridos. Assim, demonstra que é perante cultura, que o ser humano observa finalidade e sentido às existências (RABUSKE, 2001).

Segundo Azevedo (1996) a cultura é organizada por argumentos explícitos e implícitos, sendo os explícitos a comunicação, os costumes, os objetos, as gesticulações, a maneira de ocupar-se e mesmo de descansar, dentre outros. Já os elementos implícitos da cultura são: os princípios morais, os valores, as inquietações, a visão de mundo, o conhecimento ético da vida, dentre outros.

Considerando estes elementos, as comunidades tradicionais são sim grupos diferenciados e que se autoidentificam como tal, especialmente nas suas tradições, maneiras de se socializar (sociabilidade) e também de explorar ou utilizar os elementos dispostos no meio ambiente, além dos teores de religiosidade e de resistência aos diálogos e propostas que estruturam a vida na sociedade.

Nessa seara sobre o relacionamento, umas comunidades juntamente com as tradições e a imposição de serem diferenciados os questionamentos e as análises para o seu progresso levaram o Brasil à instalação da legislação sobre a sustentabilidade de comunidades e povos tradicionais (Decreto Federal nº6040, de 07/02/2007).

Decreto 6040 e Comunidades Tradicionais

A partir do Decreto 6040, instituído em de 7 de fevereiro de 2007 e que regulamenta a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*, ficou delineada a seguinte definição:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, Decreto 6040, art.3, §1).

O mencionado Decreto Federal conduz a angularidade de que os fundamentos de uniformidade racial e étnica, constituídos pela Constituição Federal de 1988, percorreriam a ser mais bem especificados à realidade sócio cultural dos indivíduos dos povos e comunidades tradicionais. Outra combinação do decreto é de buscar deixar evidente o debate em relação a definição de território, porém a redação não contribui:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (Brasil Decreto 6040, art.3, §2).

De acordo com Vieira (2014), ao relacionar o desafio do resgate da identificação e pertencimento das comunidades tradicionais no Brasil, o autor evidencia a grande diversidade existente no território brasileiro, a partir da base de dados do Ministério do Meio Ambiente (no ano da sua obra, pois houveram mudanças no contexto de

participação e representação dos povos originários e comunidades tradicionais nos anos subsequentes) e mais tarde trazendo um dos principais pesquisadores no assunto, lista uma série de comunidades tradicionais brasileiras, classificando-as:

Apenas para se ter uma ideia da dimensão e dos números das comunidades tradicionais citam-se aquelas inventariadas e que são integrantes do Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT do Instituto Nacional de Recursos Naturais e Renováveis – IBAMA até o presente momento: os ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, agroextrativistas da Amazônia, povos dos faxinais dos fundos de pasto, geraizeiros, pantaneiros, retireiros e comunidades de terreiros. [...] Além destas, Diegues e Arruda citam como populações tradicionais não indígenas, os açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, e varjeiros. (VIEIRA, 2014, p.34)

Certificando-se então a denominação, a definição, dos povos indígenas como povos originários e os demais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, quebradeiras de coco de babaçu e geraizeiros, dentre outros) como comunidades tradicionais brasileiras.

Territorialidade

Na geografia e mais especialmente na Geopolítica, as abrangências de conhecimentos tratando de comunidades e também sobre prosperidade levam ao conhecimento crescente do prisma geográfico, desenvolvendo grupo social que o convive e o desenvolve. Assim, é de entendimento deixar o espaço como exclusivamente físico, mas também de forma total, onde se enfrentam protagonistas com preferências diversificadas e que visam a territorialidade (DALLABRIDA, 2016) teórico de território, Dallabrida (2016) traz a seguinte contribuição:

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território. A primeira é mais tradicional, concebendo território como espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania. A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais. (DALLABRIDA, 2016, p.19).

Os territórios pela sua descrição são definidos pelos acontecimentos que se organizam. Na inexistência de recursos para locomoção e comunicação entre os

membros que compõem as comunidades tradicionais, não conseguem proporcionar a subsistência de seus familiares e de seus parentes que se disponibilizam a identificá-las como liderança. Nesse ínterim, em relação as dificuldades de preservação, os líderes e seus povos ficam explícitos aos conflitos e violências que aparecem nos procedimentos de disputas de terras no Brasil. Assim, destaca que os povos tradicionais no geral, mais indígenas e quilombolas em específico, até o momento reivindicam pelas demarcações territoriais ou dominam seus territórios extremamente reduzidos (PEREIRA, 2010).

Neste sentido, as comunidades tradicionais vêm no decorrer de sua história, de modo associado aos elementos do meio ambiente, organizando seu espaço de acordo com seus interesses, valores e perspectivas de forma a se organizar e se ressaltar, de acordo com as adjacências onde está ambientada. Abramovay (2000) descreve que:

Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução, o que se abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais do conhecimento desta relação. (ABRAMOVAY, 2000, p.21)

Segundo Haesbaert (1997), território não apenas se explica, mas se entende a luz dos procedimentos socioespaciais e históricos. Sendo assim o conceito fica evidente à diferentes princípios autorais e proporções constitutivas. A primeira é a que distingue a formalização materialista do território, determinada com teorias naturalistas (ou etológicas), jurídico-políticas e econômicas; a segunda é a definição idealista que corresponde procedimentos de apropriação representativa do espaço como fenômeno territorial produtor de identidade e, por fim a terceira, que caracteriza a integração reunindo todas as dimensões e que concede o território por ligações de poder, multiescalar, híbrido em rede e inseparável da prática dos grupos sociais.

Territorialidade, neste sentido, pode conter um significado concreto, tanto material (controle físico) quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) se constituindo na circunscrição do espaço físico alterado pelos personagens ou atores convergentes a este plano. Assim, compreende-se de um modo mais amplo que o território. Na aproximação ao termo território, observa-se duas perspectivas: o contexto da imaterialidade (ao se abordar e tomar território como sendo algo concreto e existente) e o controle do existido e não institucionalizado; e territorialidade como uma das proporções de território, no qual corresponde à identidade territorial. (HAESBAERT, 2014).

Haesbaert (1997) estabelece o território como benefício agenciado e se apresenta por um procedimento de territorialização que se comprova com um campo de interioridade, também com um conjunto de signos, seguimentos discursivos e coletivos

de formulação, à medida que a desterritorialização seria uma linha de abandono, forças e funções desmistificadas, sem expressão distintiva.

Comunidades Tradicionais de Geraizeiros

O Prof. Me. Carlos Alberto Dayrell (DAYRELL, 1998) e a Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira (NOGUEIRA, 2009) se integram em importantes e fundamentais avaliadores teóricos para o entendimento dos geraizeiros enquanto comunidades tradicionais brasileiras. O mestre em sociologia Prof. Dayrell desenvolveu pesquisas científicas em nível de mestrado na Universidade Internacional de Andalucia, intitulado sua pesquisa como "Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais" (1998). A Profa. Dra. Mônica Nogueira produziu em pesquisa de doutoramento junto à UnB – Universidade de Brasília, tendo tese intitulada "Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do norte de Minas Gerais" (2009).

Amparados pela circunscrição metodologicamente descrita nos trabalhos anteriores, temos a salvaguarda do aparecimento da identidade dos geraizeiros em uma delimitação geográfica e também a um contexto histórico.

Para iniciar o delineamento do perfil geraizeiro, Dayrell (1998) retratam a existência (àquela temporalidade da metade do século XX), nas imensidões territoriais do norte de Minas Gerais, pequenos povoados onde as pessoas se reconheciam como "chapadeiro – os que moram em regiões de chapadas; campineiro – os que habitam nas campinas; barranqueiro ou vazanteiro – os que vivem ou produzem nas barrancas do rio São Francisco" (DAYRELL, 1998, p. 73). Trazendo mais tarde outros termos utilizados "Chapadeiro, geralista, geraizeiro são termos que encontra-se ao norte de minas e que fazem referência a uma população que se diferencia das demais" (DAYRELL, 1998, p. 73).

Segundo Nogueira (2009) é de extrema importância a descrição do que chamou de mundus geraizeiro para melhor determinar a identidade desses povos que teriam formado sua riqueza cultural e tradicional nos campos dos gerais a partir de sua sociabilidade. O mundus geraizeiro é composto pelos diversos espaços que juntos formam o território da comunidade, a partir da família até o plano da fé e religiosidade. Para Nogueira (2009), a existência de espaços mais particulares da família, onde situa-se a casa, o quintal, a chácara, seus animais de porte pequeno, pequenas hortas de alimentos e ervas medicinais. Também estavam as terras soltas, onde os geraizeiros utilizam de forma comunal os recursos naturais, inclusive a terra. Nogueira aborda que "as chamadas terras soltas dos gerais – de onde os geraizeiros por gerações extraíam a lenha, coletavam

frutos nativos, plantas medicinais e punham seu rebanho para pastar no comum” (NOGUEIRA, 2009, p.150).

Nessa tratativa da religiosidade dos geraizeiros, o trabalho evidencia que movimentos católicos, com expressão maior às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, fortaleceram a sociabilidade dessas pessoas, seus familiares e comunidades com a terra enquanto território proporcionando ainda o maior respeito ao meio ambiente e a todos os seus elementos, tomados sempre como obra divina e sob responsabilidade do homem (NOGUEIRA, 2009). Sobre isso declara:

[...] a cultura geraizeira é impregnada de religiosidade – com suas rezas de terço, pequenos e grandes rituais coletivos de festa de santos padroeiros e juninos, funções roceiras de dança, procissões rústicas, romarias, e uma moral profundamente cristã a embasar as relações entre o homem e a natureza – muitos foram os elementos de continuidade estabelecidos entre a CEBs e as manifestações de catolicismo popular vivenciadas pelos Geraizeiros [...]. (NOGUEIRA, 2009, p. 170)

A estrutura social comentada, vigorosamente constituída pelo espírito comunitário do indivíduo geraizeiro foi encontrando-se, ao longo das várias décadas do século decorrido oprimida pela posse dos campos das gerais mineiro, pelos avanços de iniciativas privadas (ao caso norte mineiro) de mineração e produção de eucalipto. Segundo Nogueira (2009), diz deste processo, no qual os geraizeiros denominam de encurralamento, no qual desapareceu-se a liberdade de utilização dos campos das gerais (para a cata de frutos do cerrado como pequi e também de maneira extensiva e) que se adicionou à perda do espaço de comércio para os produtos in natura (nos mercados públicos) por produtos totalmente industrializados e embalados nos grandes centros urbanos.

Nogueira (2009) em rico e extenso trabalho, relata sobre o processo de êxodo dos geraizeiros para cidades, mostrando o centro sul do Estado de Minas Gerais e de São Paulo e destruição dos traços culturais e do conhecimento das tradições dos geraizeiros. A partir da página 149, mas com ênfase às páginas 156 e 157 a retirada dos mais jovens de suas comunidades geraizeiras para trabalharem em agropecuária ou atividades urbanas.

Desta maneira, cumpre destacar os esforços dos pesquisadores para transferirem definição aos geraizeiros, que Dayrell (1998) sendo um dos primeiros a trazer a descrição desta identidade comunitária a partir dos fundamentos de Diegues (1996), estudando o

povoado Riacho dos Machados (localidade próxima a Rio Pardo de Minas). Nogueira (2009) manifesta maior riqueza na descrição da sociabilidade dos geraizeiros, mostrando o processo de encerramento e a descrição dos territórios

Favorece-se aqui, da descrição de geraizeiros, mostrada pelo mesmo pesquisador, orientado pela Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira, que apresenta em sua dissertação de mestrado:

Comunidades Tradicionais Geraizeiras, podem ser consideradas comunidades que desenvolveram, ao longo de muitas gerações, maneiras próprias de ocupação e manejo do Cerrado, incluídos os seus diferentes ecossistemas, transformando-o assim nos Gerais - uma paisagem que resultou da co-evolução dessas comunidades e do cerrado no norte de Minas Gerais. (OLIVEIRA, 2017, p.24)

Por fim é relevante destacar que não é o bioma ou o meio ambiente que fazem a formação de identidade dos indivíduos e de suas comunidades ao plano sociológico, porém, sim a sua história e as circunstâncias em que vivem, esses por sua vez são vigorosamente influenciados pelo meio ambiente, pelos biomas e por seus ecossistemas. As pesquisas demonstram ao nascedouro da identidade dos geraizeiros aos campos das gerais (do cerrado ao norte de Minas Gerais), que são representações geográficas que evidenciam a paisagem e o ecossistema do cerrado, de acordo com D'angelis Filho e Dayrell (2003).

Discussão e considerações finais

As comunidades de geraizeiros são exclusivamente interligadas à formação dos gerais, fazendo referências aos vales, planaltos e escarpas das regiões de cerrado do norte mineiro e também ao sul da Bahia. Conforme Dayrell (1998), os geraizeiros configuram uma tradição exclusiva de ambientação a natureza, abordada por uma tradição particularidade de crenças e mitos, símbolos e representações. Desenvolvendo na agricultura diversa espécies e variedades, os geraizeiros utilizam suas tradições passadas de produção (conforme figura 1) normalmente de maneira agroflorestal.

Figura 1 Sistema agroflorestal de produção da Comunidade tradicionais de geraizeiros da Matinha em Guaraí/TO



Foto: Alexandre Campos out./2017.

Desse modo, os mais diversos ambientes do cerrado brasileiro na região setentrional do estado mineiro estão inseridos em um método produtivo, concordando, através da extração natural de diversos produtos para seu desenvolvimento social por meio de frutos, medicamentos, mel, madeira, dentre outros, que são comercializados em feiras e supermercados (conforme figura 2).

Figura 2 Feira livre onde a Comunidade tradicional de geraizeiros da Matinha comercializa seus produtos em Guaraí/TO



Foto: Alexandre Campos out./2017

Entretanto, sustentando-se as características do cerrado e dos resquícios que esse bioma traz às gerações e a origem ancestral nas experiências de retirada do encurralamento sofrido no norte mineiro, nota-se a formação de algumas comunidades de geraizeiros em outras regiões e estados brasileiros como na Bahia, no Tocantins e em Goiás (conforme figura 2 e 3).

Figura 3 Comunidade tradicional de geraizeiros da Matinha em Guaraí/TO



Foto: Alexandre Campos out/2017

Nestas comunidades tradicionais de geraizeiros, nota-se a identidade registrada pela resistência aos novos modelos econômicos capitalistas (que à sua origem eram fortemente marcados pela produção do eucalipto e a mineração), pela religiosidade que norteou seus antepassados e que orienta as famílias à relação respeitosa entre o ser humano e a natureza e também a manutenção de trabalhos de forma comunitária e de terras comunais, assim como eram as terras soltas notadas nas comunidades das gerais no norte do Gerais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. v. 4, nº 2, abril/junho. 2000.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AZEVEDO, M. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*. São Paulo: Loyola, 1996.
- BICKEL C. Ferdinand Tönnies: Soziologie als skeptische Aufklärung zwischen Historismus und Rationalismus. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.39, n.1, 2008.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: (n prelo), p. 1-365, 2010.
- BRASIL. Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em. Acesso em 22 de novembro de 2017. CABRAL, R.; GOTHARDO, J.; MURBACK, L. A cultura de Paz no contexto das relações públicas comunitárias e responsabilidade social. *Revista Razón y Palabra*, Monterrey, n. 88, p. 21, fev. 2015.
- BRAGA, W. R. de O., MORAES, N. R. de, DIAS BAPTISTA, R., PUTTI, F. F., & BRAGA JÚNIOR, S. S. (2018). A CONSTRUÇÃO DA PERCEÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. *Revista Observatório*, 4(3), 1076-1106. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n3p1076>.
- COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2010.
- DALLABRIDA, V.R. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: Liberars, 2016.
- DAYRELL, C. Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidad Internacinal de Andalucía, Espanha, 1998.
- D'ANGELIS FILHO, J.S.; DAYRELL, C.A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. In: Cadernos do CEAs n. 222, abril/junho 2003. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2003.
- D'ANGELIS FILHO, J.S.; DAYRELL, C.A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. *Revista Crítica de Humanidades*, Salvador, n. 222, 2006.
- DE MORAES, N. R., BRUMATTI, L. M., LIMA, A. R., & CAMPOS, A. C. (2017). ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA CONCEITUAL DOS TERMOS "TERRITÓRIO" E "COMUNIDADE TRADICIONAL" NO BRASIL. *Revista Observatório*, 3(4), 518-539. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p518>
- DE MORAES, N. R., CAMPOS, A. C., SILVA, M. L., & SOUZA, F. C. (2017). COMUNIDADES TRADICIONAIS: cultura e identidade. *Revista Observatório*, 3(5), 501-522. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p501>
- DE MORAES, N. R., MARTÍNEZ, M. P., RUIZ, S. C. M., MOMBELLI, G. S., BISPO, B. L., SILVA, G. T. B. e, & PACANARO, Y. G. (2015). Origens teóricas da corrupção na gestão pública contemporânea: debate conceitual. *Revista Observatório*, 1(2), 156-173. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n2p156>
- DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec 1996.
- FAVRE, H. A civilização Inca. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- HALL, J.A.; YKEMBERRY, G.J. O Estado. Lisboa/Portugal: Estampa, 1990.
- HABERMAS, J. The theory of communicative action, volume 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.
- _____. Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

- HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- _____. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.
- LARAIA, R.B. Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MARCUCCI, N. Between facts and wills: Tönnies, Durkheim, and the sociological critique of modern obligation. *Journal of classical sociology*, Paris, v. 17, n. 4, p. 276-292, nov. 2017.
- MARX, K. Manuscritos económico-filosóficos de 1844. En Marx, K. y Engels, F. Escritos económicos varios. México: Grijalbo, 25-125, 1968.
- _____. Cuadernos de París [Notas de lectura de 1844] (Estudio previo de Adolfo Sánchez Vázquez). México: ERA, 1974.
- _____. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858, Vol. 1. México, 2011.
- MORAES, N.R.; As empresas e o atendimento às demandas sociais em Bauru/SP: responsabilidade ou marketing? 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca/SP: UNESP, 2005.
- _____;CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.F.; BRAGA, W.R.O. O conceito de território dentro de comunidades tradicionais brasileiras. *Revista Observatório*, Palmas, v.2, n.2(especial), 2016a.
- MORAES, N. R. de, SOUZA, F. da C., & HAMADA, C. dos S. (2019). POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: recorte a partir de uma revisão bibliográfica sistemática. *Revista Observatório*, 5(4), 670-709. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p670>
- MORAES, N. R. de, SOUZA, F. da C., MARCHETTI, C. T. B., MORAES, F. G. de, & FONSECA, J. J. (2019). INTERDISCIPLINARIDADE, CRITICIDADE E FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NA UNIVERSIDADE. *Revista Observatório*, 5(5), 890-905. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p890>
- NOGUEIRA, M.C.R. Geraizeiros a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado em Antropologia (Programa de Antropologia Social) Universidade de Brasília. 2009, 233p.
- PEREIRA, L.M. Demarcação de terras Kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. *Tellus* ano 10, n.18, jan/jun. 2010. Campo Grande/MS: Tellus, 2010. Disponível em <<<http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/viewFile/202/234>>>. Acesso em 15/07/2018.
- RABUSKE, E.A. O homem – um ser de cultura. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2000.
- SIMMEL, G. On individuality and social forms. Coletânea organizada por Donald Levine, Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

- _____. A natureza sociológica do conflito; a competição; conflito e estrutura de grupo; sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, E. (Org.). Simmel. São Paulo: Ática. 1983. p. 122-181.
- _____. El problema de la sociología. In: SIMMEL, G. Sociología: estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Universidad, 1986. p. 11-37.
- _____. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Org.). Simmel e a Modernidade. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 79- 108.
- Souza, F. da C., & Moraes, N. R. de. (2019). ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Observatório*, 5(5), 906-936.
<https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p906>
- TENÓRIO, F.G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*. V.32, n.5, 1998. Disponível em . Acesso em 24/08/2017.
- TÖNNIES, F. *Community and Society*. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.
- _____. Custom: An Essay on Social Codes. New York: The Free Press, 1961.
- _____. *Community and Civil Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. La teoria sociale di Spinoza. Milano: Mimesis, 2016.
- VÁSQUEZ, M. I. Volver a la "comunidad" con Karl Marx. Una revisión crítica de la dicotomía comunidad-sociedad. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, Ciudad de México, n. 34, p. 109-132, ago. 2015.
- VIEIRA, M.G. Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ABSTRACT:

In the Brazilian territory, as well as in the territories of Latin American countries (although it has greater ethnic and cultural diversity than other countries), it has in its history a trajectory in the formation of the Brazilian people who carry the presence of diversity in their company. In Brazil, indigenous people reach more than 300 ethnic groups, as native peoples and other groups of individuals generally limited as traditional communities, among them quilombolas, fishermen, riverside dwellers, caiçaras, babassu coconut breakers, communities grazing land, rubber tapper communities and the farmers. The identification of the breeding community has been sculpted over the course of centuries, passing from generation to generation, being the object of research of some scientific research works by universities and research groups in graduate programs. This work brings results of academic works concluded and that understand as a problem: "having its specific tradition and culture, but being in different regions, how can a traditional community of farmers be established?". The work describes the identity of traditional breeder communities and mentions the existence of these communities in territories in other regions of Brazil.

KEYWORDS: Traditional communities; Geraizeiros; Sociability.

RESUMEN:

En el territorio brasileño, así como en los territorios de países latinoamericanos (aunque tiene mayor diversidad étnica y cultural que otros países), tiene en su historia una trayectoria en la formación del pueblo brasileño que lleva la presencia de la diversidad en su empresa. En Brasil, los pueblos indígenas llegan a más de 300 grupos étnicos, como pueblos originarios y otros grupos de individuos generalmente limitados como comunidades tradicionales, entre ellos quilombolas, pescadores, habitantes de ribera, caiçaras, babassu cocoteros, comunidades. tierras de pastoreo, comunidades de extractores de caucho y los agricultores. La identificación de la comunidad reproductora se ha ido esculpiendo a lo largo de los siglos, pasando de generación en generación, siendo objeto de investigación de algunos trabajos de investigación científica por parte de universidades y grupos de investigación en programas de posgrado. Este trabajo trae resultados de trabajos académicos concluidos y que entienden como un problema: "teniendo su tradición y cultura específicas, pero estando en diferentes regiones, ¿cómo se puede establecer una comunidad tradicional de criadores?". El trabajo describe la identidad de las comunidades tradicionales de criadores y menciona la existencia de estas comunidades en territorios de otras regiones de Brasil.

PALABRAS-CLAVES: Comunidades tradicionales; Geraizeiros; Sociabilidad.